



J. Freitas

Cadeia a quem levar celular para dentro de presídio

A Comissão de Justiça, presidida por Demostenes Torres (*dir., ao lado de Valadares*), aprovou projeto que estabelece pena de até um ano de detenção para quem ingressar, sem autorização legal, com telefones nas cadeias. A proposta, que será analisada pelo Plenário, pretende coibir a ação de organizações criminosas. **4**

Transparência: cidadão terá acesso a orçamentos estaduais

“O Senado tem procurado dar transparência a tudo que aqui ocorre.” Essa afirmação foi feita por José Sarney a respeito do projeto Siga Estados, que permite à Casa disponibilizar, em sua página na internet, informações sobre os orçamentos estaduais. Quinze estados já manifestaram interesse em viabilizar o serviço. **2**



Jane Araújo



Jane Araújo

Ao lado de Romeu Tuma e de servidores da Casa, o presidente do Senado, José Sarney, acompanha a exposição do consultor-geral Fábio Gondim sobre ferramenta que amplia possibilidade de fiscalização

Senadores criticam apoio a egípcio para chefiar Unesco

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vai recomendar ao governo brasileiro que reveja o apoio dado ao nome do egípcio Hosni Farouk para ocupar a direção-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Foi aprovado ontem requerimento proposto por Eduardo Azeredo em que são citados argumentos como a existência de dois brasileiros que também disputam o cargo (entre eles, o senador Cristovam Buarque) e declarações de Farouk – para Azeredo, uma “figura controversa” – nas quais ele defenderia que livros em hebraico poderiam ser queimados. **5**

José Cruz



Casagrande (C) ouve José Machado na Comissão de Meio Ambiente

Jereissati: governo pode ter “inflado” superávit

Senador quer informações do Executivo sobre adiamento de desembolso de R\$ 16 bilhões da Previdência Social. **3**

Jefferson relata drama da cheia no Amazonas

Senador integrou comitiva da Comissão de Mudanças Climáticas que visitou áreas inundadas no estado. **7**

Política de água deve prever metas e punição?

Presidente do Instituto da Água de Portugal mostra experiência europeia, enquanto presidente da ANA expõe desafios enfrentados no Brasil. **6**



Romeu Tuma (E) e José Sarney acompanham, juntamente com servidores do Senado, a apresentação do consultor-geral de Orçamentos, Fábio Gondim (D), sobre o projeto Siga Estados

Sociedade poderá ter acesso aos orçamentos estaduais

Projeto Siga Estados, apresentado pela Consultoria de Orçamentos a Sarney, permitirá que orçamentos dos governos estaduais sejam disponibilizados no site do Senado

O PROJETO SIGA Estados, que permite ao Senado firmar convênio com os governos estaduais visando à oferta ao público de informações sobre seus orçamentos, por meio da página da Casa na internet, foi apresentado ontem ao presidente do Senado, José Sarney. Os estados que assinarem o convênio, em troca, se beneficiarão da ferramenta gerencial Siga Brasil, do Senado.

– Esse é um grande trabalho que o Senado desenvolve, prestando um serviço excepcional à sociedade brasileira. Sobre a televisão [TV Senado], eu sempre disse que ela não foi feita para que os senadores brilhassem, mas para que o povo tivesse condições de fiscalizar o Senado. E é o que mais uma vez fazemos agora. O Senado tem procurado dar transparência a tudo que aqui ocorre. Essa tem sido a tônica permanente – disse Sarney.

O interesse pela transparência, frisou o senador, vem desde que ele foi presidente da República, quando criou o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

– Às vezes, tínhamos quatro orçamentos: o fiscal, o que se executava, o monetário e o das estatais. A partir dali, o Siafi passou a ser um exemplo mundial, mediante o qual o povo brasileiro pôde acompanhar as contas públicas. E aqui no Senado, foi criado esse instrumento extraordinário chamado Siga Brasil, que este ano teve o acesso de 18 milhões de pessoas, já com 22 mil usuários permanentes. Isso significa que estamos prestando serviço a todos os outros Poderes. Essa valiosa ferramenta do Senado será estendida agora a todos os estados do Brasil.

Transparência

O projeto Siga Estados foi apresentado pelo consultor-geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, Fábio Gondim, que destacou ter o trabalho sido realizado em conjunto com a Secretaria Especial de Informática da Casa, o Prodasen.

Ao mesmo tempo, disse o consultor-geral, o projeto dá consequência a lei complementar, recentemente apro-

vada pelo Senado, que obriga estados e municípios a oferecerem suas bases de dados orçamentários na internet.

De acordo com Gondim, com o Siga Estados o Senado está viabilizando uma verdadeira revolução ao abrir para essas unidades da Federação a possibilidade de interface com orçamentos executados em todo o país. Também disse que, graças ao Senado, o Brasil está num dos primeiros lugares entre os países que dão transparência aos gastos públicos.

O consultor-geral informou que 15 estados já manifestaram interesse em disponibilizar suas bases de dados orçamentários no Siga Estados. São eles: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Pará, Amapá, além do Distrito Federal. E anunciou, para o futuro, a possibilidade de essa base de dados abrigar também as informações sobre os orçamentos dos países do Mercosul.

Deputado denuncia situação de brasileiros na Guiana Francesa

O presidente do Senado recebeu ontem do deputado estadual Paulo José Ramos (PR-AP) convite para participar do 1º Encontro Internacional Transfronteiriço. O evento reunirá Brasil, França, República da Guiana e Suriname, para discutir medidas preliminares à construção da ponte binacional que vai ligar o Brasil à Guiana Francesa.

O encontro será nos dias 3 e 4 de junho, na cidade de Oiapoque (AP). O objetivo, de acordo com o deputado, também é melhorar as relações do Brasil com os seus vizinhos, a fim de evitar a violência crescente praticada por agentes policiais franceses contra brasileiros que atravessam o rio

Oiapoque para trabalhar na Guiana Francesa.

Segundo o parlamentar, 60 mil brasileiros trabalham ilegalmente nesse departamento ultramarino da França, participando com 30% do PIB do território. Ramos disse que já existem entendimentos entre o Brasil e a França para que o Itamaraty instale na fronteira um escritório destinado a dar apoio a esses brasileiros.

O deputado Paulo José Ramos disse ter sido informado de que o presidente não poderá participar do encontro porque estará em São Paulo, acompanhando a governadora Roseana Sarney numa cirurgia para a retirada de um aneurisma.



Ramos convida Sarney a participar de evento internacional em Oiapoque (AP)

Pequenos agricultores são recebidos por Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu a diretora do Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil (MPA), Maria Costa, que, acompanhada de outros representantes da entidade, apresentou as preocupações dos lavradores com projetos que tramitam no Senado.

Entre esses projetos, ela mencionou proposição da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) que acaba com a obrigação de as empresas informarem nos rótulos de seus produtos o uso ou não de matéria-

prima transgênica em sua fabricação.

Outra iniciativa que preocupa o MPA, explicou Maria Costa, é a medida provisória, segundo a qual pelo menos 30% dos alimentos da merenda escolar terão que ter procedência na agricultura familiar; e o projeto relatado por Serys Shlessarenko (PT-MT), que normatiza a aplicação de cotas sociais para ingresso em universidades públicas. Maria Costa disse que o presidente do Senado se comprometeu a apressar a votação desses

projetos.

Rede Vida

Também ontem, Sarney homenageou, em Plenário, a Rede Vida. Ele afirmou que o canal católico de televisão “divulga os ideais cristãos, ao mesmo tempo em que acompanha a parte religiosa e instrui a parte moral e educativa do povo”.

– João Monteiro de Barros Filho, com grande competência, conseguiu que ela se transformasse em uma estação de televisão nacional – declarou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão às 9h é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscrites estão Romeu Tuma (PTB-SP), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Sarney apresenta projeto que regulamenta atuação das empresas estatais

O projeto de um estatuto comum para empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias foi apresentado ontem pelo presidente do Senado, José Sarney.

Ele lembrou que a Constituição prevê, nos parágrafos 1º e 3º do artigo 173, essa regulamentação a ser feita por meio de lei complementar, mas ressaltou que “até hoje isso não

foi feito”.

Sarney disse que sua proposta (PLS 207/09 – Complementar), ao definir o tratamento jurídico que deve ser dispensado às estatais – sejam federais, estaduais, distritais ou municipais –, visa “acabar com as divergências sobre o que são e como devem ser tratadas essas empresas”.

Segundo o senador, a maté-

ria será objeto de discussão não apenas dos parlamentares, mas também de órgãos públicos e, principalmente, dos tribunais de contas.

– Esses tribunais terão muito interesse no assunto, pois o projeto define até aonde vai a sua competência para fiscalizar as estatais – avaliou.

Sarney recebeu o apoio de Alvaro Dias (PSDB-PR), Tasso

Jereissati (PSDB-CE) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Para Alvaro Dias, a proposta “é de grande valia neste momento”. Ele argumentou que, como o estatuto ainda não foi instituído – mesmo após quase 21 anos da promulgação da Constituição –, a Petrobras vem se utilizando de um decreto-lei de 1998 que permite à estatal “celebrar contratos milioná-

rios” sem licitação.

– Isso certamente possibilitou desvios relevantes, que estão a exigir a instalação de uma CPI – declarou Alvaro Dias, referindo-se à Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras.

O senador destacou ainda que o presidente do Tribunal de Contas da União também defende o estatuto proposto por Sarney.

Começa a tramitar a MP que regulariza terra na Amazônia

O Senado recebeu ontem da Câmara, e já constam da pauta de votações da próxima semana, duas medidas provisórias que geraram longos debates entre os deputados. São as MPs 458/09 e 457/09, que, por terem sofrido alterações, agora tramitam sob a forma de projetos de lei de conversão (PLV 9/09 e PLV 10/09). Com a chegada das duas matérias, agora o Plenário do Senado tem seis medidas provisórias para votação, todas com prioridade sobre outros

projetos, pois foram publicadas há mais de 45 dias.

A primeira MP, que é alvo de forte oposição de ambientalistas, permite que a União transfira, sem licitação, terras de sua propriedade na Amazônia Legal, até 1.500 hectares, a quem detinha sua posse antes de 1º de dezembro de 2004. A segunda, que chegou a mobilizar prefeitos em Brasília, autoriza a União a parcelar em 20 anos as dívidas municipais com INSS vencidas até 31 de janeiro de 2009.

Adiada a sessão do Congresso para analisar vetos presidenciais

O Plenário aprovou ontem requerimento da nova líder do governo no Congresso Nacional, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que pede o adiamento da sessão do Congresso marcada para a próxima semana. Ela explicou que ainda estão em andamento negociações para a análise de determinados vetos presidenciais, entre eles o que retira do texto da lei emenda beneficiando aposentados e pensionistas com o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo em 2006: 16,67%.

Ideli ressaltou que as “negociações têm avançado significativamente” e que mais alguns

dias de negociação são fundamentais para a concretização de um acordo.

O presidente do Senado, José Sarney, que presidia a sessão, afirmou que esperará notícias da líder para poder agendar a sessão do Congresso, mas garantiu que não tomará nenhuma providência que retarde em demasia a votação dos vetos pendentes.

Também foi aprovado requerimento criando comissão temporária externa composta por sete senadores para acompanhar as regiões mais atingidas por inundações nos estados do Nordeste.

Sindicância investiga caso de consultor denunciado por jornal

O Senado abrirá sindicância para apurar a denúncia de que um funcionário da Casa estaria recebendo salário, apesar de não dar expediente no Senado há cinco meses. A informação foi publicada na edição de ontem do jornal *Folha de S. Paulo*. Segundo a reportagem, o consultor legislativo Renato Friedman estaria lotado na lide-

rança do PMDB, mas na verdade seria morador de Porto Alegre, onde trabalharia em uma loja de sua família.

Hoje, segundo a assessoria do senador Heráclito Fortes (DEM-PI), 1º secretário do Senado, deve ser publicada no Boletim de Pessoal do Senado a criação da comissão de sindicância que vai apurar o caso.

Jereissati cobra do governo explicação sobre superávit

Segundo senador, o percentual de 3,8% do PIB no ano passado estaria “inflado” em razão do adiamento de desembolsos da Previdência Social, no valor de R\$ 16 bilhões

O SENADOR TASSO Jereissati (PSDB-CE) cobrou ontem explicações do governo sobre uma suspeita em torno do superávit primário contabilizado em 2008 pelo Executivo. O percentual de 3,8% do produto interno bruto (PIB) estaria “inflado” em razão do adiamento de desembolsos da Previdência Social no valor de R\$ 16 bilhões.

O assunto já havia sido abordado por Jereissati quarta-feira, mas nenhum parlamentar da base governista apresentou explicações. O senador, então, resolveu retornar à tribuna para exigir esclarecimentos, ao mesmo tempo em que enviou à Mesa diretora do Senado requerimento de informações a ser encaminhado ao Executivo.

Jereissati chamou a atenção para o volume expressivo (R\$ 16 bilhões) dos restos a pagar da



Jereissati entregou à Mesa requerimento solicitando informações do Executivo

Previdência, quando nos anos anteriores o valor dessa rubrica do Orçamento girou ao redor de R\$ 30 a R\$ 50 milhões.

O senador assinalou também a coincidência entre a contabilização dos restos a pagar da Previdência Social e a criação do Fundo Soberano do Brasil, no final de dezembro, contando justamente com os recursos do

superávit fiscal.

– Criar esse fundo com um superávit que aparentemente não existiu pode ter sido um grande embuste, por meio do qual enganou não só esta Casa, mas a opinião pública nacional de uma maneira muito grotesca, com algumas implicações muito graves para a economia brasileira – afirmou ele.

Para Alvaro Dias, CPI vai colocar Petrobras nos trilhos da correção

“Os debates sobre a instalação da CPI da Petrobras produziram afirmações estapafúrdias, como a incrível argumentação de que o objetivo da oposição é a privatização da empresa”, disse ontem o senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Para ele, ao contrário, os proponentes da comissão desejam “recolocar a Petrobras nos trilhos da correção, da honestidade, da qualificação técnica e profissional e da eficiência administrativa”.

Segundo o senador, nos últimos anos, a qualidade administrativa da Petrobras caiu em virtude de “vergonhosa” prática de barganha política patrocinada pelo governo, usando a empresa como moeda de troca



Alvaro Dias: criação da CPI se baseia em inquéritos da Polícia Federal

com os partidos aliados.

Alvaro Dias lembrou que o pedido para a instalação da CPI da Petrobras teve origem em três inquéritos abertos pela Polícia Federal.

Oposição indica nomes para presidir comissão

Líderes e senadores do Democratas e do PSDB reuniram-se ontem e decidiram indicar o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) ou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) para presidir a CPI da Petrobras. Ao dar a informação, o líder do DEM, senador José Agripino (DEM-RN), explicou que a escolha final só acontecerá depois que o PMDB e a base de apoio do governo indicarem os parlamentares que farão parte da CPI, o que só deve ocorrer na próxima semana. O governo indicará 8 dos 11 membros da comissão parlamentar de inquérito e não há garantia de que haverá acordo para que a presidência fique com a oposição.

Heráclito critica proposta de taxaço da poupança

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) fez ontem uma série de críticas ao governo Lula, começando pela decisão de taxar as aplicações em cadernetas de poupança. Conforme o parlamentar, a medida prejudicará os pequenos poupadores.

Heráclito disse considerar que essas mudanças lembram o confisco das aplicações financeiras aplicado pelo governo Collor em 1990:

– Será que vamos ter de ver tudo isso de novo? É mais uma vez o governo dos “trabalhado-

res” metendo a mão no bolso daquela camada mais pobre da população brasileira: os pequenos poupadores – afirmou o senador.

Já a redução do Imposto de Renda sobre as aplicações nos fundos de renda fixa foi consi-

derada pelo parlamentar como “outra armadilha”, desta vez contra a classe média brasileira, já que somente aqueles com acesso a informações qualificadas e a capital terão efetivamente a redução do Imposto de Renda nessa modalidade.



Genivaldo Magalhães

Jonas Pereira

Comissão analisa isenção do IPI para carro elétrico

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) transferiu para a próxima quinta-feira a votação do projeto que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica.

O relatório do senador Jayme Campos (DEM-MT), favorável à proposta, foi lido ontem na comissão, mas um pedido de vista de Paulo Duque (PMDB-RJ) e Delcídio Amaral (PT-MS) adiou a votação. Os parlamentares apontaram a necessidade de

obter esclarecimentos a respeito da proposta junto ao autor, Flávio Arns (PT-PR), ao relator e ao governo.

Segundo Arns, o projeto (PLS 44/09) pretende estimular a produção de veículos menos poluentes e, assim, ajudar na redução das emissões de gases de efeito estufa, bem como reduzir a dependência brasileira em relação ao petróleo.

– Não podemos apostar somente no biocombustível para reduzir nossas emissões de gás carbônico e nossa dependên-

cia do petróleo, altamente poluidor. Devemos estimular o desenvolvimento e a produção de amplo arco de alternativas, entre as quais se destaca o veículo movido a tração elétrica, que já demonstra desempenho satisfatório em outros países – explicou Arns.

O relator também demonstrou preocupação com o meio ambiente e com a preservação dos recursos naturais.

– O emprego de veículos com base em tecnologias não poluentes no transporte de pes-



Collor (ao microfone) e Eliseu Resende dirigem reunião da comissão

soas e mercadorias é o primeiro passo para prevenir a crescente deterioração da qualidade ambiental e das condições de circulação – afirma Jayme Campos. A comissão aprovou requeri-

mento de Gilvam Borges (PMDB-AP) que tem como objetivo realizar audiência pública para discutir a situação da mineração no Brasil e dos marcos regulatórios para o setor.

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Justiça estabelece detenção de até um ano para quem facilitar o ingresso de celulares em penitenciária

Maior rigor no combate à simulação de sequestro

COMO FORMA DE combater a simulação de sequestros pelo telefone e impedir a atuação do crime organizado dentro dos estabelecimentos penais, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto que tipifica como crime o ingresso de aparelhos celulares ou rádio comunicador em cadeias e penitenciárias, sem autorização legal.

De acordo com o projeto (PLC 81/08), relatado pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP), quem ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de celulares em cadeias e penitenciárias estará sujeito a pena de detenção de três meses a um ano.

De autoria do deputado licenciado Alberto Fraga (DEM-DF), atual secretário de Transportes do governo do Distrito Federal, a proposta seguirá agora para exame do Plenário do Senado.

Processo judicial

Clubes de futebol cujos diri-



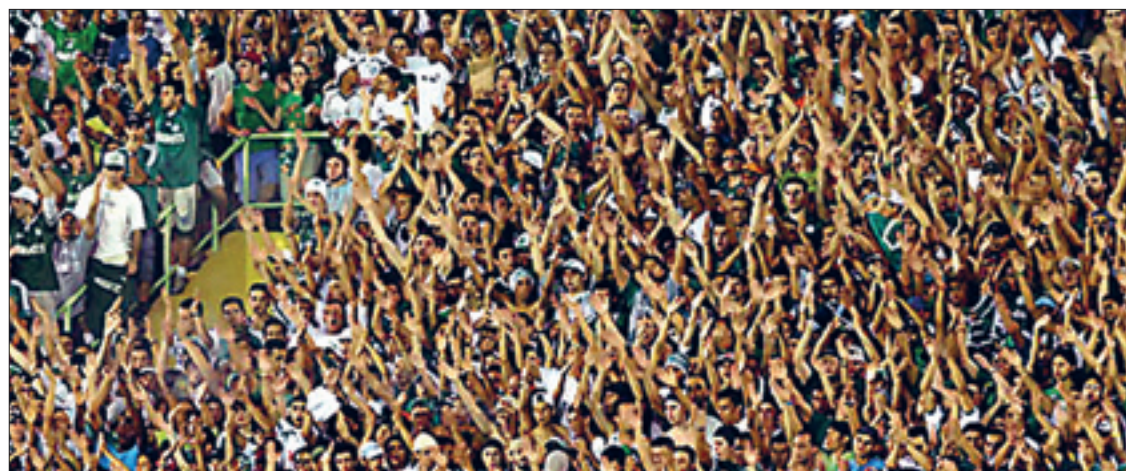
Demostenes (dir., ao lado de Valadares) preside reunião da Comissão de Justiça

gentes estiverem respondendo a processo por crime doloso ou contravenção poderão ser impedidos de receber recursos da loteria denominada Timemania. Projeto nesse sentido (PDS 12/08), de iniciativa de Alvaro Dias (PSDB-PR), também foi acolhido ontem pelos senadores da Comissão de Constituição e Justiça.

Atualmente, conforme dispositivo do Decreto 6.187/07, que regulamentou a Timemania, a proibição do acesso aos

recursos apenas se dá quando já tiver ocorrido condenação judicial.

Essa loteria foi criada em 2008 para ajudar os clubes a quitarem suas dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Em troca, cedem suas imagens para o jogo lotérico, administrado pela Caixa Econômica Federal. A proposição também irá ao Plenário.



Clube de futebol que tiver dirigente respondendo a processo penal deverá ficar impedido de receber dinheiro da Timemania

Advertência na internet sobre perigo das drogas

Provedores de acesso a redes de computadores destinadas a uso público, inclusive a internet e fornecedores de informações, deverão ser obrigados a inserir em suas páginas mensagens alusivas aos danos decorrentes do uso de drogas. As dimensões, formas e conteúdo das mensagens serão detalhadas em regulamento.

Foi o que decidiu ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ao

aprovar parecer de Eduardo Suplicy (PT-SP) favorável a projeto de lei (PLS 363/03) de iniciativa do então senador Paulo Octávio.

Na justificativa da matéria, o autor observa que a veiculação, na internet, de mensagens contra o uso de drogas, conforme estabelece o seu projeto, ajudará na prevenção do consumo de entorpecentes.

De acordo com a proposição, as mensagens serão mantidas

em caráter permanente – ou seja, na forma que usualmente é adotada pelo responsável da página para a inserção de publicidade –, devendo ser claramente legíveis e facilmente identificadas pelo usuário.

A proposta segue agora para análise das comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), onde será votada em decisão terminativa.

Trabalho em hospital para quem atropelar ou matar no trânsito

Quem atropelar ou matar alguém no trânsito poderá receber como punição, em vez de pena privativa de liberdade, a prestação de serviços à comunidade em unidades de resgate, hospitais e clínicas de recuperação voltadas ao atendimento de vítimas desse tipo de acidente. Essa possibilidade é prevista em projeto da Câmara aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, com emenda do relator, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

No parecer, o relator aponta como objetivo da proposta (PLC 135/08) conscientizar o responsável pelo acidente de trânsito dos danos causados às vítimas. Destaca ainda que pesquisas realizadas pela Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação junto aos pacientes atendidos nos programas de lesados medulares e cerebrais revelam que mais de 50% dos internados foram acidentados no trânsito.

Durante a discussão da matéria, Romeu Tuma (PTB-SP) lembrou o crime cometido pelo deputado estadual Fernando Ri-

bas Carli Filho (PSB), do Paraná, que, ao dirigir em alta velocidade pelas ruas de Curitiba, no último dia 7, bateu em outro veículo e acabou matando dois jovens. Como há suspeita de que o deputado dirigia embriagado, Tuma lamentou o fato de, por falta de fiscalização, a lei que impõe punições severas para quem associar direção e álcool estar perdendo sua eficácia.

– Esse projeto é bom, mas eu queria ver como poderíamos melhorar a fiscalização dessa lei para evitar o que houve no Paraná – acrescentou.

O presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), também considerou boa a proposição.

– Às vezes, o sujeito pega a pena alternativa de pagar cestas básicas por dirigir embriagado, mas, por esse projeto, vai passar a ajudar na limpeza ou na administração de hospitais de acidentados.

A proposta, que altera dispositivo do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), vai ao Plenário.

Projeto amplia ofensiva contra a discriminação no emprego

A ampliação da lista de práticas discriminatórias nas relações de trabalho passíveis de punição foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. O combate a novas formas de discriminação na contratação, no remanejamento ou na promoção de um trabalhador por uma empresa é o que estabelece projeto substitutivo apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), incorporando a quase totalidade de duas proposições: o PLS 283/08, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), e o PLS 615/07, de Marcelo Crivella.

A proposta altera a Lei 9.029/95, que dispõe sobre práticas e crimes por discriminação nas relações de trabalho, prevendo punição por preconceito associado a questões de gênero, orientação e identidade sexual, etnia, religião, deficiência e restrição de crédito. Conforme o substitutivo, também passará a ser considerada crime a exigência, pelo empregador, de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro

procedimento para comprovar a predisposição genética para doenças, entre outras práticas.

Na discussão, Romeu Tuma chamou atenção para o dispositivo que impede a empresa de usar informações sobre o crédito do trabalhador para impedir sua contratação. A preocupação do senador é no sentido de não gerar conflito com o projeto sobre cadastro positivo dos consumidores, recém-aprovado pela Câmara.

Segundo explicou o presidente da CCJ, Demostenes Torres, o substitutivo prevê que o atraso no pagamento de uma conta, por exemplo, não pode representar impedimento para alguém arranjar emprego. Assim, mesmo que o trabalhador fosse retirado do cadastro positivo por não ter pagado uma prestação ou um empréstimo, uma empresa não poderia usar isso como motivo para não contratá-lo.

A matéria será votada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Zambiasi elogia debate sobre salões de beleza

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) destacou ontem a realização de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para debater o projeto (PLC 112/07) que regulamenta o exercício profissional das

atividades ligadas à estética corporal, como cabeleireiros, manicures e maquiadores.

Para o senador, a audiência, na terça-feira, "foi importantíssima" para esclarecer fatos ligados a essas atividades,

permitindo que os legisladores busquem harmonia entre os interesses dos clientes, em questões de saúde pública, e dos profissionais.

– Todo cuidado é pouco quando se lida com o público,

em especial quando o serviço prestado pode prejudicar a saúde do cliente e do profissional, através da transmissão de doenças como hepatites B e C, Aids, infecções, reações alérgicas e outras – alertou.

Apesar de dois brasileiros pleitearem a direção-geral de organismo da ONU, Itamaraty decidiu apoiar nome de ex-ministro da Cultura do Egito

Hosni Farouk defendeu queima de livros hebraicos

O senador Eduardo Azeredo pediu ontem, em Plenário, ao governo brasileiro que reveja o apoio prometido ao ex-ministro da Cultura egípcio Hosni Farouk para ocupar a direção-geral da Unesco. Requerimento com esse pedido foi aprovado em reunião da CRE ontem à tarde.

O parlamentar mineiro criticou os argumentos apresentados pelo governo para apoiar o egípcio e lembrou que Farouk teria se pronunciado favoravelmente à queima de livros hebraicos encontrados nas bibliotecas egípcias, o que contraria o princípio constitucional de cooperação entre os povos para o progresso da Humanidade, disse Azeredo.

– Em visita recente ao Rio de Janeiro, Farouk confirmou a autoria da frase. De maneira, entretanto, que me parece inadequada, alegou que estava de cabeça quente quando a proferiu. Nada mais distante da realidade. Participava de uma audiência pública no Legislativo do seu país. A ameaça de queimar livros distancia-o dos propósitos da Unesco, que busca a paz por meio do entendimento pelo conhecimento – afirmou Azeredo.

Sobre um dos candidatos brasileiros ao posto, o atual diretor-geral-adjunto da Unesco, Márcio Barbosa, o senador Azeredo informou que ele tem o apoio inclusive do titular do cargo, o japonês Koichiro Matsuura.



Azeredo e Rosalba Ciarlini, ontem, na reunião da CRE: senador acha "frágeis" as justificativas apresentadas pelo governo

CRE pede que Brasil reveja apoio a egípcio para Unesco

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) enviará ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, um pedido para que reconsidere a sua decisão de não apoiar as candidaturas ao cargo de diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) de dois brasileiros – o atual diretor-geral-adjunto da entidade, Márcio Barbosa, e o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

O pedido consta de requerimento apresentado pelo presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), aprovado na reunião de ontem. Em vez de apoiar um dos dois brasileiros, o governo optou

por votar no ex-ministro egípcio da Cultura Hosni Farouk, uma "figura controversa" na opinião do senador.

– Causaram estranheza as frágeis justificativas apresentadas pelo Itamaraty para a opção pelo candidato egípcio. O Itamaraty justificou se tratar de um muçulmano. Todas as religiões merecem nosso respeito, mas elas não podem ser a razão da indicação para uma entidade mundial que cuida de temas plurais, como educação, cultura e ciência. Alegou ainda que o Egito nunca ocupou a direção-geral da Unesco, esquecendo-se de que o Brasil também não – disse Azeredo, que fez discurso sobre o tema (veja matéria à esquerda).

Fernando Collor (PTB-AL) foi o primeiro a apoiar a iniciativa, observando que seria difícil para a comissão e para o Congresso admitirem que o Brasil opte pelo candidato egípcio quando conta com dois nomes como os de Barbosa e Cristovam. Collor lembrou ainda que Hosni já defendeu a queima de livros publicados em hebraico, uma postura que considerou "absurda", em pleno século 21.

Paulo Duque (PMDB-RJ) também apoiou o requerimento, sob o argumento de que a eleição de um brasileiro para o cargo de diretor-geral da Unesco, fundada em 1945 e com sede em Paris, poderia ser considerada uma "grande vitória diplomática".

Comissão aprova convenção contra terrorismo nuclear

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear, assinada em setembro de 2005 em Nova York. A convenção, entre outros aspectos, tipifica a posse e o uso ilegais de materiais radioativos.

Segundo o parecer do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a adesão à convenção mantém o Brasil em "posição de vanguarda no combate ao terrorismo internacional". Para ele, a ratificação do texto levará a adequação das leis brasileiras à nova realidade internacional. Uma das mudanças necessárias será a definição legal do crime de terrorismo.

A comissão aprovou ainda acordo de cooperação em comunicação entre Brasil e Uruguai; os Protocolos Facultativos ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, para abolição da pena de morte; o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional; a Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo; e acordos de cooperação técnica com Granada, Afeganistão e República de Nauru (no oceano Pacífico).

Vários outros acordos internacionais também foram cancelados pela comissão: com a Argélia, na área comercial; com a Argentina, sobre intercâmbio de estagiários; com a China, para o combate à criminalidade; e com a Nigéria, para assistência jurídica mútua.

Jereissati requer informações sobre negociação com Venezuela

Antes de tomar uma decisão a respeito do ingresso da Venezuela no Mercosul, a Comissão de Relações Exteriores vai pedir informações sobre o resultado da última rodada de negociações técnicas entre esse país e o bloco econômico.

O requerimento foi apresentado por Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator do protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul. O senador solicita informações detalhadas sobre a reunião do grupo técnico encarregado de analisar o pedido da Venezuela, ocorrida nos dias 19 e 20.

Fernando Collor (PTB-AL) disse que não seria possível colocar em votação o protocolo de adesão sem que todos os pré-requisitos técnicos estejam "absolutamente atendidos". Ele criticou ainda o governo venezuelano pela tentativa de impor a esse país o "pensamento úni-

co", por meio da distribuição às escolas primárias de livros que defendem o "socialismo bolivariano".

Audiência

A comissão promoverá uma nova audiência pública, em junho, sobre o pedido de ingresso da Venezuela no bloco. Deverão participar o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; o ex-ministro de Relações Exteriores Celso Lafer; o jurista Ives Gandra Martins e um representante do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Depois dessa audiência e da resposta do ministério ao requerimento de Jereissati, a CRE deve analisar o protocolo de adesão. Caso seja aprovado, o documento será ainda votado pelo Plenário do Senado.

Raupp afirma que parceiro "não pode ser desprezado"

A reunião do Parlamento do Mercosul ocorrida nos últimos dias 18 e 19 em Montevideu foi destacada por Valdir Raupp (PMDB-RO). O senador disse ter defendido, em discurso, o ingresso não só da Venezuela no bloco, como também da Bolívia e do Peru.

– A Venezuela é um parceiro que não pode ser desprezado. Nas relações comerciais com o Brasil, entre as nações sul-americanas, perde apenas para a Argentina. O saldo da balança comercial é favorável ao Brasil em mais de US\$ 6 bilhões – afirmou.

Raupp lembrou que três corredores de integração, ligando o Brasil ao Peru, à Bolívia e à Venezuela, estão ficando prontos. Para a Venezuela, há a BR-319, que já foi implantada e vai ser restaurada, e ligará Porto Velho aos portos do Ca-



Valdir Raupp defende ingresso da Bolívia, Peru e Venezuela no bloco

ribe, informou. A ligação com o Peru se dará por meio da BR-364, que parte de Cuiabá, passa por Porto Velho e Rio Branco, e chega ao oceano Pacífico, no porto de Ilo. O acesso à Bolívia será feito às margens do rio Mamoré, em frente a Guajará-Mirim (RO). A estrada passa por La Paz e chega ao porto chileno de Arica.

Metas do Milênio

A comissão aprovou requerimento da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) para incluir entre os convidados para audiência pública a respeito das Metas do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU) o presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, Marcelo Garcia.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu que sejam convidados os reitores das universidades federais do Acre, Olinda Batista Assmar, e de Rondônia, José Januário de Oliveira Amaral, para participarem de audiência na Subcomissão Permanente da Amazônia. O requerimento foi acatado.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) demonstrou sua satisfação com o adiamento da visita ao Brasil do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad. Na opinião do senador, a presença do presidente iraniano no país causaria "muito constrangimento".

Comissão de Meio Ambiente promove debate e ouve relato de experiência da União Europeia, onde a legislação exige maior compromisso dos gestores públicos

Política de recursos hídricos deve prever metas e punições

O ESTABELECIMENTO DE metas, com punições para seu descumprimento, e a existência de um fundo de apoio às ações da política de recursos hídricos são vantagens da Diretiva Quadro da Água da União Europeia (<http://dqa.inag.pt/index.html>) em comparação à Política Nacional de Recursos Hídricos brasileira, estabelecida pela Lei das Águas (Lei 9.433/97), avaliou o presidente do Instituto da Água de Portugal (Inag), Orlando Borges.

As observações foram feitas ontem, em debate na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para que os senadores conhecessem detalhes

sobre a experiência europeia em relação à preservação dos recursos hídricos.

A Diretiva, que entrou em vigor em 2000, também instituiu um fundo destinado à implementação das políticas hídricas. Os municípios que não praticarem políticas ambientalmente sustentáveis não recebem recursos para aplicação em outras áreas e ainda poderão ser multados. Para Borges, punições são importantes para obrigar os gestores públicos a adotarem políticas ambientais.

O presidente da Inag observou que a diversidade entre os países-membros se constitui uma dificuldade em relação à aplicação da Diretiva na União

Europeia, problema semelhante ao enfrentado pelo Brasil devido à diversidade regional. Orlando Borges ressaltou que a água possui um valor que deve ser assumido por quem a utiliza. Até 2010, informou, a UE definirá o valor a ser cobrado pelo uso dos recursos hídricos de acordo com as diferentes realidades de cada país-membro.

O presidente da CMA, senador Renato Casagrande (PSB-ES), sugeriu que tais experiências sejam levadas ao âmbito do Mercosul para implementação de políticas hídricas, especialmente no que se refere às águas transfronteiriças – as provenientes de rios que cortam mais de um país.



Leonardo Bessa, Marcos Kotther e Ângelo Duarte: projeto precisa de melhorias

Cadastro positivo pode expor privacidade, alerta especialista

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados para instituir no país o chamado cadastro positivo ainda precisa ser aperfeiçoado para que sejam reduzidos os riscos de invasão da privacidade dos consumidores. A posição foi defendida ontem pelo presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Leonardo Bessa, em seminário técnico no Senado.

Para Bessa, um dos pontos problemáticos envolve a própria definição da finalidade do sistema de bancos de dados, em que serão registrados, além de débitos, como já ocorre atualmente, os pagamentos feitos em dia por pessoas físicas e jurídicas. Depois de esclarecer que o objetivo apontado é “subsidiar o crédito ou outras transações comerciais”, Bessa observou que esse segundo ponto, por ser uma expressão muito genérica, pode dar margem a uso inapropriado dos dados.

– Aqui existe uma abertura

para a invasão da privacidade das pessoas. Por isso, deve ser retirado ou mais bem definido – argumentou.

Spreads

O projeto do Executivo que cria o novo modelo de cadastro, aprovado na terça-feira pelos deputados, é parte de um conjunto de reformas microeconômicas com a finalidade de aumentar a oferta de crédito e reduzir os *spreads* bancários – a diferença entre as taxas que os bancos cobram dos tomadores de empréstimos e as que são pagas aos aplicadores.

Também participaram do debate o coordenador da Secretaria Extraordinária de Reformas Econômico-Fiscais, Ângelo Duarte, e o consultor Marcos Kotther, para quem a tendência é de que as pessoas manifestem adesão ao cadastro positivo, para não correrem o risco de enfrentar dificuldades de acesso ao crédito.

Banco de dados único reunirá pontos negativos e positivos

No debate promovido pelo Centro de Estudos Técnicos da Consultoria Legislativa do Senado, os participantes explicaram que, na prática, informações positivas e negativas referentes à condição de adimplência de pessoas e empresas vão formar um único cadastro nas instituições financeiras responsáveis pelos bancos de dados.

Será necessário que pessoas e empresas autorizem a inclusão de registros positivos, comprovando que pagam em dia seus compromissos. Mas nada muda nas informações negativas: faltas de pagamento não precisam de permissão dos consumidores ou das empresas cadastradas, como já acontece nos atuais cadastros (como os do SPC e do Serasa).

Em até cinco dias, os administradores dos cadastros terão de atualizar os dados quando os

consumidores colocarem em dia dívidas vencidas.

Os cadastrados poderão pedir o cancelamento do seu cadastro positivo, desde que não haja operações de crédito pendentes de pagamento (condição crítica para os debatedores).

Os consumidores terão direito de acessar seus cadastros. O texto original diz que o cidadão teria acesso aos “principais elementos” (a sugestão dos debatedores é mudar a redação do trecho para “todos os elementos”) aplicados à análise de risco de crédito, mas não aos aspectos que sejam considerados “segredo empresarial”.

O cadastro só poderá ser acessado por pessoas ou empresas interessadas em conceder crédito aos cadastrados. O projeto prevê prisão de um a três anos para casos de acesso indevido.



O presidente do Instituto da Água de Portugal, Orlando Borges (D), conversa com Renato Casagrande (C) e José Machado

ANA diz que água não é tratada como prioridade

Um dos maiores desafios para a implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos são as diferenças de visão de vários níveis de governo sobre o problema, avaliou o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado. Ele disse que alguns prefeitos e governadores consideram importante a gerência dos recursos hídricos para políticas de desenvolvimento, mas isso ainda não acontece na maioria dos estados brasileiros.

Machado ressaltou que a Lei das Águas, que instituiu a política, é resultado de amplo debate no país e fixou metas apenas aos gestores públicos. Já a legislação europeia estabelece a obrigatoriedade do cumprimento das metas e impõe punição ao país-membro ineficiente.

No Brasil, se cada estado seguir uma política desarticulada de um plano nacional, observou José Machado, poderá levar muitas décadas para que ocorram avanços.

Ele defendeu integração de propostas que contemplem as duas áreas, uma vez que os problemas de saneamento básico, como falta de tratamento do lixo ou do esgoto, afetam as reservas hídricas.

O presidente da ANA destacou que as cheias no Norte e Nordeste e a seca no Sul demonstram a diversidade do país e exigem, em sua opinião, constante aperfeiçoamento e integração dos gestores das esferas federal, estadual e municipal. Para Machado, a cooperação com o Instituto da Água de Portugal – cujo presidente,

Orlando Borges, também participou da audiência – deve trazer aos gestores brasileiros a experiência europeia a fim de discutir propostas para o Brasil.

Por sugestão do presidente da CMA, Renato Casagrande, a comissão realizará audiências públicas nos estados. Para José Machado, a participação dos estados é fundamental, uma vez que neles se localizam as bacias hidrográficas.

Jefferson Praia (PDT-AM) defendeu políticas públicas que contemplem a preservação florestal com as questões hídricas e de saneamento básico. O senador criticou ainda a falta de investimento em políticas de saneamento básico, especialmente na Amazônia, por se tratar de um setor que não dá visibilidade ou “retorno político”.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Valdir Raupp • Serys Slhessarenko • Romeu Tuma • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Senador havia denunciado a extração e o comércio ilegais de torianita no Amapá. Investigações da Polícia Federal confirmaram os crimes, mas falta de local adequado para armazenar o material recolhido mostrou-se um obstáculo

Tuma: governo vai construir depósito para minério radioativo apreendido

OS MINISTÉRIOS DE Minas e Energia e da Justiça anunciaram, em resposta a requerimento de Romeu Tuma (PTB-SP), que no prazo de dois meses será construído depósito provisório para o minério radioativo torianita, que contém urânio. O senador denunciou meses atrás ocorrência de extração e comércio ilegais do minério no Amapá. Ainda segundo a resposta dos ministérios, deverá estar concluído em dois anos outro depósito inicial para receber o material apreendido.

A preocupação de Tuma é com a continuidade das investigações e da realização de operações para evitar o comércio ilegal, já que não há espaço adequado para o armazenamento do material radioativo, e a polícia local teme um acidente de proporções semelhantes ao ocorrido em Goiânia, na década de 1980, com o céσιο-137.

No texto lido pelo parlamen-



Tuma recebeu informações de dois ministérios sobre o tráfico de torianita

tar em Plenário, o diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – órgão do Ministério de Minas e Energia –, Miguel Cedraz, informa que as ações de fiscalização nas áreas de concessão de lavra do Amapá, com a presença da Polícia Federal, não identificaram até o momento a presença

de mineral radioativo, incluindo a torianita.

Já a resposta do Ministério da Justiça informa que em 2008 houve apreensão de 1,1 tonelada de torianita, mas que os mandados de busca foram suspensos em virtude da segurança radiológica e física dos policiais, como havia registrado

o senador.

A documentação será encaminhada às comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Ciência e Tecnologia (CCT), a pedido de Tuma.

Zoghbi

Romeu Tuma, que é corregedor do Senado, comunicou que foi indicado um procurador de Justiça para apurar as denúncias de irregularidades na concessão de crédito consignado a servidores contra o ex-secretário de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi, como recomendaram Arthur Virgílio (PSDB-AM), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Demostenes Torres (DEM-GO).

O processo também terá acompanhamento pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Tuma disse ter sugerido ao procurador a designação de dois peritos do Banco Central para que também acompanhem as investigações.



Na opinião de Simon, partido deve ter candidato próprio ao Planalto

Simon critica quem rejeita candidatura própria do PMDB

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou posicionamento de lideranças do PMDB defendendo que o partido não tenha candidato próprio à Presidência. Ele citou reportagem na qual o líder na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), discutia a tese de um terceiro mandato para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Há dez dias, esse mesmo líder defendia que o PMDB tinha de decidir de uma vez o que fazer, se seria vice do Lula ou vice do [José] Serra ou vice do PSDB, via Aécio [Neves] – afirmou Simon, referindo-se aos governadores de São Paulo e de Minas Gerais.

O parlamentar citou também o líder do governo no Congresso, senador Romero Jucá (RR), para quem a candidata a presidente é a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e que o PMDB deve compor a chapa indicando o vice.

Pescadores de lagosta recebem apoio de Garibaldi

Representantes do setor pesqueiro do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Bahia e Espírito Santo querem a adoção de novas medidas para a regulamentação da pesca da lagosta, que recomeça no dia 1º de junho próximo. O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) enumerou algumas das propostas apresentadas pela categoria, como, por exemplo, buscar mecanismos que permitam autorizar novas embarcações para esse tipo de pesca.

Os pescadores também defendem o cancelamento imediato das permissões às embarcações infratoras e a definição de critérios para as que venham a ser autorizadas a pescar lagostas. Eles querem buscar formas de definir áreas para atuação da frota lagosteira no mar territorial brasileiro, com o objetivo de evitar conflitos de pesca existentes ao longo do litoral.



Garibaldi Alves apresenta as reivindicações do setor pesqueiro

Jefferson relata drama causado pelas enchentes no Amazonas

Jefferson Praia (PDT-AM) fez ontem um relato das dramáticas condições em que estão vivendo as populações atingidas pelas enchentes no Amazonas. Ele participou, no dia 18, de uma visita ao estado, organizada pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas para verificar os impactos das cheias.

Integraram a comitiva, além da presidente do colegiado, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a senadora Marina Silva (PT-AC) e os deputados amazonenses Marcelo Serafim (PSB), Vanessa Grazziotin (PCdoB) e Rebecca Garcia (PP). Um dos objetivos da viagem foi verificar se a causa dessa última enchente é típica ou decorre de mudanças climáticas.

No primeiro município visitado, Manacapuru, foram encontradas ruas comerciais alagadas e sérios danos na agricultura e na pecuária. A prefeitura está alojando os moradores em pré-



Município de Anamá "está todo debaixo d'água", afirmou o parlamentar

dios públicos.

Anamá, outro município assolado, "está todo embaixo d'água", conforme o depoimento de Jefferson Praia. Do prefeito Raimundo Chico, a comissão recebeu uma pauta de sugestões: que o governo oriente tecnicamente as prefeituras para lidar com o problema das enchentes; que os cidadãos afetados fiquem isentos de

pagar energia elétrica; e que Anamá possa ter uma unidade de geração de energia a gás, já que o gasoduto Coari-Manaus passa por aquele município.

Os parlamentares realizaram, após as visitas, reunião na Assembleia Legislativa do Amazonas com diversas autoridades, entre secretários estaduais, integrantes da defesa civil e dos órgãos de meio ambiente



Jefferson Praia integrou comitiva que visitou municípios atingidos

e de meteorologia, além de cientistas. A partir das opiniões colhidas nesse encontro, será elaborado um relatório sobre a enchente e as suas possíveis causas. Segundo Jefferson Praia, a secretária do Meio Ambiente do Amazonas, Nádia Cristina, destacou que a cheia deste ano nos rios Negro e Solimões deverá ser a maior dos últimos 56 anos, superando a de 1953, quando o nível do rio Negro chegou a 29,69 metros.

Terceiro mandato para Lula não faz sentido, diz Eduardo Suplicy



Suplicy declara seu apoio a Dilma Rousseff

Não faz sentido a classe política se preocupar com a possibilidade de um terceiro mandato para o presidente Lula, tendo em vista que essa hipótese voltou a ser descartada pelo próprio Lula em viagem recente à China, disse Eduardo Suplicy (PT-SP).

– Ele [Lula] tem muita confiança que Dilma [Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil] vai se restabelecer – afirmou o senador.

Suplicy declarou ainda que o seu apoio a Dilma, se ela for candidata à Presidência da República, deve-se ao fato de a ministra ter se manifestado em favor da implantação da lei – originada de projeto do senador – que prevê o programa Renda Básica de Cidadania. Ao comentar a viagem de Lula, Suplicy observou que "um bom relacionamento com a China vai ajudar a economia brasileira a avançar mais em tempos de crise". O parlamentar ainda leu manifesto da Rede Básica da Espanha.

Cristovam teme desmoralização da classe política no Brasil



Cristovam: é preciso mudar o rumo do país

A frase "Eu tenho vergonha dos políticos brasileiros", lida em um adesivo de carro em Londrina (PR), levou Cristovam Buarque (PDT-DF) a manifestar sua preocupação com a falta de credibilidade dos parlamentares junto à opinião pública.

– Agradeço ao motorista daquele carro que me despertou, primeiramente, a raiva de ver a generalização em relação à corrupção, como se todos fossem iguais. Segundo, foi um alerta. Talvez nem tenha percebido a incompetência de nós todos hoje em sermos líderes deste país em um momento tão complexo como este, sem bandeiras claras, sem rumos certos para caminhar – afirmou.

O senador disse que a motivação do motorista pode não ter sido a corrupção, mas sim a falta de competência dos parlamentares para, por exemplo, fazer o Brasil sair de uma economia concentradora de renda para outra distributiva.



Senador foi comparado a cisne negro por escritor

Paulo Paim cobra exame de veto

Paulo Paim (PT-RS) repetiu, ontem, em Plenário, pedido feito ao presidente José Sarney para que coloque em votação, pelo Congresso, o veto presidencial a uma emenda de sua autoria incluída na MP 288/06, que reajustou o salário mínimo em 2006.

A emenda estendeu o aumento de 16,67%, concedido ao salário mínimo, naquele ano, aos benefícios pagos a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS).

Da tribuna, o parlamentar leu artigo do médico e escritor gaúcho Edson Olímpio Silva de Oliveira intitulado "O voo solitário do cisne negro", no qual o escritor compara a atuação de Paim no Congresso, em defesa dos direitos dos aposentados, à vida solitária de um cisne negro, espécie em extinção que vive no Banhado do Taim, no Rio Grande Sul.

– Não quero que esse texto seja para mim somente; quero que seja para todos os senadores, porque todos votaram por unanimidade, acompanhando este senador negro no momento em que apresentou a emenda concedendo o reajuste aos aposentados – disse Paim, solicitando a divulgação do artigo do escritor gaúcho nos jornais do Congresso Nacional.

O senador também comentou carta recebida de um aposentado criticando os parlamentares por não terem conseguido analisar o veto ao aumento dos aposentados na última sessão do Congresso, realizada dia 13. A sessão do Congresso Nacional prevista para a semana que vem foi adiada a pedido da liderança do governo no Congresso.

Em discurso, senador lamenta que Secretaria de Meio Ambiente do estado tenha autorizado empresa a desmatar uma área próxima a parque nacional, a fim de produzir carvão vegetal

Mão Santa critica autorização para criar carvoaria no Piauí

MÃO SANTA (PMDB-PI) lamentou que a Secretaria do Meio Ambiente do Piauí tenha autorizado a implantação de uma carvoaria na Fazenda Louziania Fontenelle, ao lado do Parque Nacional da Serra da Capivara.

O parlamentar afirmou que notícias como essa "não saem nos grandes jornais [do estado], não podem sair na televisão, é tudo comprado!". Disse também que nunca um governo teve, no Brasil, tantos recursos para se promover. Observou, no entanto, que a existência da internet impede o cerceamento à informação.

Segundo a notícia lida pelo senador, nem mesmo o corredor biológico criado pelo Ministério do Meio Ambiente entre os parques da Serra da Capivara e da Serra das Confusões foi suficiente para impedir a permissão de desmate.

A autorização permite a derrubada de 14 mil hectares de cajueiros, que serão transformados em carvão para alimentar os alto-fornos de siderúrgicas. A extração da madeira será feita pela empresa Sombra da Mata Terraplanagem e Transporte Ltda., de Campo Alegre de Lourdes (BA). O documento que autoriza o desmatamento tem validade até

27 de março de 2010, podendo ser prorrogado.

Mão Santa informou que, de acordo com biólogos, a implantação da carvoaria nas proximidades de uma reserva federal trará enormes prejuízos ambientais para fauna, flora, paisagem e solo da região. O senador lamentou que o governo do estado esteja "criando uma cultura de transformar a natureza do Piauí em carvão".



Empresa derrubará cajueiros perto do Parque da Serra da Capivara, diz Mão Santa (foto acima)



Genaldo Magela

Laurence/Flickr



Zambiasi: benefício deve durar até fim do tratamento

Mais prazo a recuperação de dependente

Projeto com o objetivo de estender o prazo de internação de dependentes químicos, com cobertura do auxílio-doença, por tempo suficiente para a sua recuperação completa foi apresentado por Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

– Os peritos da Previdência Social, ao perceberem, depois de um certo período de tratamento, a visível melhora na aparência física do usuário de drogas, simplesmente indeferem a prorrogação do benefício do auxílio-doença, por julgarem o indivíduo curado e apto para retornar ao trabalho. É uma temeridade, pois, em muitos casos, o indivíduo acaba retornando ao vício por não concluir adequadamente um tratamento para a sua dependência – explicou o senador.

O projeto (PLS 202/09) acrescenta dispositivo à Lei 8.213/91 para estabelecer a revisão, de ofício, da decisão do perito médico da Previdência Social que opinar pela cessação do auxílio-doença do dependente químico antes do final do tratamento.

Soluções

Zambiasi mencionou ainda outros dois projetos seus sobre o combate às drogas. O PLS 187/09 aumenta o rigor na punição do crime de tráfico de entorpecentes cujos efeitos sejam mais graves para a saúde. Já o PL 3.640/08, em tramitação na Câmara dos Deputados, permite que a União celebre convênios não só com os estados, mas diretamente com municípios, visando prevenir o uso de drogas. Na avaliação do senador, suas três propostas oferecem soluções para as vertentes do problema das drogas no país: prevenção, repressão e tratamento.

Magno Malta condena pedido de intervenção no ES

Magno Malta (PR-ES) fez ontem, em Plenário, críticas ao presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, órgão ligado ao Ministério da Justiça, Sérgio Salomão Shecaira, por ter encaminhado à Procuradoria-Geral da República pedido de intervenção no Espírito Santo. O argumento usado foi a precariedade das cadeias (pessoas, inclusive menores, são presas em contêineres) e a constatação de tortura e espartilhamento nos presídios capixabas.

– O senhor Salomão deve ler uma entrevista do ministro da Justiça, Tarso Genro, dizendo que o Espírito Santo é um dos estados que mais têm

investido no sistema prisional. São R\$ 180 milhões, contra R\$ 22 milhões do governo federal – declarou.

O senador afirmou ainda que o pedido de intervenção "é um espalhamento desnecessário" e sugeriu à imprensa que pergunte "ao senhor Salomão quem ele vai indicar para governar um estado que é bem administrado". O parlamentar disse ainda que o presidente do conselho "não teve coragem de pedir intervenção



Genaldo Magela

Segundo Malta, estado tem investido muito nos presídios

no Rio de Janeiro".

Na opinião de Malta, parte dos problemas dos presídios será resolvida com o uso de pulseira ou tornozeleira eletrônica onde está o detento – aprovado recentemente pelo Senado –, permitindo que o "preso ocasional" saia das celas onde estão os "de mente criminosa". Para Magno Malta, assim, o "preso ocasional" terá chance de se reintegrar à sociedade.

Lúcia Vânia destaca ações de combate à pedofilia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) elogiou ontem a Operação Turko, da Polícia Federal, que cumpriu 92 mandados de busca e apreensão em 21 estados e no Distrito Federal, prendendo 11 pessoas, com base em informações obtidas a partir das investigações da CPI da Pedofilia.

A operação, realizada na segunda-feira, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, só foi levada a cabo após a sanção, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da Lei 11.829/08, que criminalizou a posse de material pornográfico infantil e se originou de projeto apresentado pela CPI. Ela mencionou os elogios de representantes da Polícia Federal e do Ministério Público aos avanços na legislação.



Jonas Pereira

Lúcia Vânia: trabalho do Senado produziu resultados

– Isso, sem dúvida, é um resultado positivo, que engrandece esta Casa. É muito comum vermos ser colocados pela mídia os desacertos, alguns atos incorretos praticados pela Casa, mas é pouco comum vermos evidenciados projetos de lei que representem, realmente, resultados – disse.

Internet

Só a partir da atuação da CPI e da nova lei aprovada, afirmou Lúcia Vânia, a empresa Google, proprietária do site de relacionamentos Orkut, abriu os sigilos de suas páginas, que vinham sendo requisitados havia um ano e meio pelo Ministério Público. Segundo a Polícia Federal, os investigados usavam comunidades do Orkut para a troca de material de pornografia

infantil.

A senadora também fez um relato das ações da campanha contra a pedofilia, desenvolvidas durante todo o dia 18. Com o slogan "Negociar sexo com criança e adolescente é crime: denuncie", as atividades se concentraram nos abusos praticados contra menores nas rodovias brasileiras. Houve distribuição de panfletos em hotéis, táxis e locais turísticos em vários estados. Nas cidades de Recife, Fortaleza, Salvador, Belém, Belo Horizonte e Porto Alegre, foi exibido o filme *Cinderelas, lobos e príncipes*, que mostra o cotidiano de crianças e adolescentes submetidos a exploração sexual.

Lúcia Vânia elogiou ainda o trabalho do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), autor do substitutivo a projeto (PL 84/99, na Câmara) que trata dos crimes cometidos com a utilização da internet e de suas penalidades. A proposta de Azeredo aguarda votação no Plenário da Câmara dos Deputados.